

CLESIA CARNEIRO DA SILVA FREIRE QUEIROZ

ARQUIPÉLAGO DE GIZ

A EDUCAÇÃO COMO ILHA DE SANIDADE



Arquipélago De Giz: A Educação Como Ilha De Sanidade

Autora

Clesia Carneiro Da Silva Freire Queiroz

ARQUIPÉLAGO DE GIZ: A EDUCAÇÃO COMO ILHA DE SANIDADE



Copyright © Editora Humanize

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei 5.988/73 e Lei 9.61/98)

Autor

Clesia Carneiro Da Silva Freire Queiroz

Publicação

Editora Humanize

Diagramação e Editoração

Luis Filipe Oliveira Duran

Caroline Taiane Santos da Silva

Naiara Paula Ferreira Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (Editora Humanize, BA, Salvador)

C634a
AS38383 QUEIROZ, Clesia Carneiro Da Silva Freire .

Arquipélago De Giz: A Educação Como Ilha De Sanidade- 1ªed. Bahia / BA: Editora Humanize, 2025

1 livro digital; ed. I; il.

ISBN: 978-65-5255-156-6

1. Educação 2. Cárcere 3. Liberdade

I. Título

CDU 370

Índice para catálogo sistemático

1. Educação	61
2. Cárcere	83
3. Liberdade	57

ARQUIPÉLAGO DE GIZ: A EDUCAÇÃO COMO ILHA DE SANIDADE

"Onde o concreto silencia a alma, o giz desenha o horizonte."

CLESIA CARNEIRO DA SILVA FREIRE QUEIROZ

2026

DEDICATÓRIA

Dedico este livro às mulheres que atravessam o cárcere com o corpo ferido, e que não desistem de respirar pela palavra.

Às que aprenderam a sobreviver em silêncio, às que carregam lutos invisíveis, às que reconstruíram seu nome dentro da sala de aula — mesmo quando o mundo insistia em apagá-lo.

Dedico também às professoras, policiais penais e a todas trabalhadoras do sistema penitenciário que, entre grades e cadernos, constroem pequenas ilhas de humanidade onde a vida insiste em continuar.

Que estas páginas honrem as histórias que não puderam serem ditas — e as que ainda estão por serem narradas.

SIGNIFICADO DO TÍTULO: “ARQUIPÉLAGO DE GIZ”

O título **Arquipélago de Giz** simboliza a existência de pequenas ilhas de humanidade que surgem dentro do espaço prisional por meio da escola.

O **arquipélago** representa:

- fragmentos de vida que resistem ao concreto;
- memórias que sobrevivem ao silêncio;
- sujeitos que permanecem existindo, mesmo feridos.

Cada história é uma ilha, um gesto, um nome que insiste em continuar.

O **giz** simboliza:

- o ato de escrever o próprio nome
- a construção de sentido pela palavra
- a reconfiguração simbólica do eu

No quadro, o giz não escreve apenas letras — ele reescrever horizonte.

Enquanto o cárcere impõe contenção e apagamento, o “arquipélago de giz” expressa a emergência de espaços mínimos, porém decisivos, onde a educação devolve linguagem ao sujeito e permite que ele retome sua história.

Não é metáfora de salvação — é metáfora de resistência. São ilhas que não eliminam o concreto, entretanto criam passagem.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
------------------	---

NOTA METODOLÓGICA	11
-------------------------	----

CAPÍTULO 1	12
------------------	----

O BATISMO DE FERRO: CORPO, DOR E SILÊNCIO

Preâmbulo Metodológico	12
1.1 No Limiar entre o Corpo e o Frio da Pedra	13
1.2 O Batismo de Ferro.....	13
1.3 Mortificação e Sujeito Ferido	14
1.4 O Silêncio como Sobrevivência	14
1.5 Na Tensão entre Ferida e Resistência.....	15

CAPÍTULO 2	16
------------------	----

LUTO DE VIDRO: TEMPO SUSPENSO E AUSÊNCIAS QUE NÃO CESSAM

2.1 Uma Perda sem Corporeidade e sem Despedida	16
2.2 A Temporalidade Irrecuperável.....	17
2.3 A Interrupção dos Afetos	17
2.4 Sofrimento, Culpa e Sobrevivência.....	18
2.5 Na Tensão entre a Ausência e a Resistência	19

CAPÍTULO 3	20
------------------	----

A ESCOLA COMO BRECHA: ENTRE GRADES E GIZ

3.1 A Instituição Educacional sob o Domínio do Cárcere	20
3.2 A Dualidade entre Regramento e Potencialidade	21
3.3 O Arquipélago de Giz.....	21
3.4 O Encontro na Condição de Abrigo Ético	22
3.5 Na Fronteira entre a Dor e a Palavra	23

CAPÍTULO 4 24

APRENDER ENTRE GRADES: AFETO, CORPO E EXPERIÊNCIA 24

- 4.1 O Organismo que Absorve a despeito das Chagas 24
- 4.2 O Vínculo como Prerrogativa de Permanência 25
- 4.3 Na Tensão entre o Temor e o Anseio pelo Saber 25
- 4.4 Pedagogia da Fresta 26
- 4.5 Aprender Enquanto Ato de Existência 27

CAPÍTULO 5 28

RECONHECER-SE DE NOVO: NOME, HISTÓRIA E FUTURO POSSÍVEL 28

- 5.1 O Emblema que Retorna 28
- 5.2 Renunciar a Própria Trajetória 29
- 5.3 Na Tensão entre o Remorso e a Potencialidade 29
- 5.4 O Amanhã que se Grafia aos Poucos 30

CAPÍTULO 6 32

A TRAVESSIA DO INVISÍVEL 32

- 6.1 Os Estigmas Ocultos 32
- 6.2 A Instrução como Percorso 33
- 6.3 O Regresso Enquanto Reencontro 33
- 6.4 A Emancipação da Alma 34

CONCLUSÃO 35

MENSAGEM DA AUTORA — ENTRE O FERRO E O GIZ, EU ESCOLHI A PALAVRA 37

A REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA 39



INTRODUÇÃO

Este livro nasce do encontro entre experiência, pesquisa e docência no interior de uma unidade prisional feminina. Ele se constrói a partir de observações de campo, diálogos, registros de aula e escutas sensíveis realizadas no cotidiano escolar, onde a educação emerge como brecha simbólica dentro de um espaço marcado pelo controle, pelo silêncio e pela suspensão dos vínculos.

A narrativa aqui apresentada não pretende falar “sobre” o cárcere de fora para dentro — ela parte de um lugar implicado, ético e sensível, no qual a autora se reconhece como professora-pesquisadora, participante das relações que observa e registra. As vozes que atravessam estas páginas foram reorganizadas literária e eticamente, preservando confidencialidade sem apagar o sentido afetivo, político e existencial de suas experiências.

O livro discute como a prisão atua sobre o corpo, o tempo e a memória, produzindo feridas subjetivas que ultrapassam o portão de saída. De modo concomitante, revela como a escola — mesmo atravessada por vigilância, rotinas disciplinares e limites institucionais — cria fissuras onde a palavra reaparece, o nome retorna e o sujeito volta a existir simbolicamente.

Assim, a obra articula três eixos fundamentais:

- **Experiência vivida no cárcere**, atravessada pelo batismo de ferro e pelo luto de vidro;
- **Processos educativos**, que operam como refúgio e linguagem para a dor;

- **Ressocialização como travessia**, e não mero retorno físico ao mundo exterior.

Mais do que interpretar o cárcere, este livro busca compreendê-lo a partir de quem o habita — e mostrar como, entre feridas e resistências, a educação pode tornar a vida novamente narrável.

Em suma, o livro defende que a educação no cárcere é um gesto de coragem que devolve o fôlego à alma e impede a anulação total do ser humano, provando que "ninguém é apenas o pior dia de sua vida".

NOTA METODOLÓGICA

Este livro é inspirado e parcialmente derivado da dissertação de mestrado (da autora), intitulada: ***“Afetividade, aprendizagem e a escola como refúgio dentro do sistema prisional feminino”***, desenvolvida em contexto de pesquisa educacional no interior de uma unidade prisional feminina.

Alguns episódios, reflexões e análises aqui apresentados foram reelaborados em linguagem literária, preservando ética de confidencialidade e o compromisso com o rigor teórico. A presente obra amplia o debate para além do campo acadêmico, buscando dialogar com educadores, pesquisadores, profissionais do sistema prisional e a sociedade em geral.



CAPÍTULO 1

O BATISMO DE FERRO: CORPO, DOR E SILÊNCIO

Preâmbulo Metodológico

Este capítulo articula observações de campo, diálogos com estudantes privadas de liberdade e reflexões produzidas no cotidiano escolar de uma unidade prisional feminina. As narrativas que compõem as “Vozes do Cárcere” preservam o tom testemunhal das experiências vividas, contudo foram reorganizadas literária e eticamente para assegurar confidencialidade, mantendo o sentido afetivo e político das falas.

A escrita assume o lugar de quem transita no limiar da docência e da pesquisa — participante, implicada e testemunha — reconhecendo que toda leitura do cárcere é igualmente atravessada por quem nele habita, nele trabalha e nele escreve.

1.1 No Limiar entre o Corpo e o Frio da Pedra

O cárcere impõe ao corpo sua primeira sentença. Antes da norma, da disciplina ou do registro burocrático, é a estrutura física que sofre a pedagogia inicial da punição: o frio do chão, o peso do ferro, o cheiro de uma temporalidade estagnada. Cada gesto controlado, cada respiração vigiada, anuncia a entrada em um regime onde a vida se curva à arquitetura da instituição. O ingresso no sistema prisional não se resume a uma passagem física; configura-se como um choque que desorganiza a subjetividade e rompe, de forma abrupta, os vínculos com o mundo exterior.

Essa invasão física precede o colapso da subjetividade. Aquilo que Erving Goffman (2015) descreve na condição de **mortificação do EU** não se materializa, portanto, como um conceito abstrato — são experiências personificadas. No cenário do cárcere, essa mortificação manifesta-se enquanto um processo sistemático de despersonalização, onde a instituição “aniquila” a identidade civil da mulher para dar lugar ao corpo dócil e disciplinado.

A ação não consiste meramente no confisco de objetos ou documentos, todavia busca despir o sujeito de sua história. Dessa maneira, **o indivíduo não apenas chega à prisão: ele é transpassado por ela, perdendo o domínio sobre a sua própria narrativa e imagem.**

Nesse rito silencioso, o corpo deixa de ser morada íntima e passa a ser território disciplinado, deslocado, contido. O que subsiste é uma identidade suspensa – simultaneamente presente e interditada.

1.2 O Batismo de Ferro

O primeiro impacto é um batismo que não redime: é o batismo de ferro. Um rito sem celebração, marcado pela frieza das grades e pela dureza da rotina. Ali, o tempo perde continuidade e se transforma em espera.

Esse batismo opera tal qual uma linguagem. Expressa-se sem palavras. Ensina o organismo a caber nos limites da cela, a negociar espaço com outras vozes, a abafar o

choro para sobreviver às paredes. O choque inicial não inaugura somente a pena: ele assinala a ruptura com o cotidiano anterior, com os afetos, com o mundo de fora.

A “entrada” não termina no portão. Ela prossegue nos dias subsequentes — no corpo que aprende a suportar, na mudez que se instala, no modo pelo qual a dor se converte em disciplina.

1.3 Mortificação e Sujeito Ferido

Nas instituições totais — estabelecimentos que concentram todas as atividades da vida (sono, trabalho e lazer) sob uma única autoridade e vigilância rígida — o **EU** passa por sucessivas operações de despojamento, conforme assevera Goffman (2015). Na experiência prisional feminina, esse processo ganha contornos particulares: rompe-se a continuidade das relações maternas, afetivas e familiares, produzindo um luto sem corpo, tempo ou ritual — um luto que só pode ser habitado.

Esse luto não grita; ele se aloja.

Não há velório para a vida interrompida, nem despedida para os papéis sociais suspensos. A dor, interditada e invisível, permanece em estado de vigília. A mortificação não destrói o sujeito por completo — entretanto o fere, tensionando as fronteiras no cruzamento de quem se era e de quem se pode continuar sendo. A prisão alcança além do corpo jurídico: captura memórias, gestos e referências afetivas.

1.4 O Silêncio como Sobrevivência

No intervalo entre o barulho dos cadeados e o ruído da rotina, a mudez se converte em estratégia. Silenciar não significa ausência de fala — é uma forma de preservação. É recusar a exposição, proteger a fragilidade, guardar o que ainda resiste.

Nesse território, o silêncio carrega múltiplos sentidos:

- Proteção;
- Dor contida;
- Gesto político de resistência íntima;

Não é uma mudez que apaga; é um silêncio que sustenta. Ele organiza o tempo e o físico, permitindo alguma permanência de si diante do regime que tenta dissolvê-lo.

Vozes do Cárcere

-“Quando entrei, parecia que o chão me puxava para baixo. Eu queria chorar, no entanto aprendi rápido: aqui a gente chora para dentro.”

- “Não é só a porta que fecha. É a vida da gente que para — e a gente continua viva, embora do lado de fora de si.”

Essas vozes não são ruídos isolados. São narrativas que constroem sentido para a experiência prisional, revelando de que modo dor, silêncio e disciplina se entrelaçam na produção de subjetividades que lutam para não desaparecer.

1.5 Na Tensão entre Ferida e Resistência

O batismo de ferro marca o corpo — não obstante não encerra o sujeito. Na fresta entre a ferida e o silêncio, sobrevivem gestos mínimos de autonomia: uma lembrança guardada, um caderno escondido, um olhar que busca brechas no tempo.

É nessa brecha que surgem as primeiras fissuras — pequenas aberturas éticas e simbólicas pelas quais a vida continua insistindo. Se a prisão tenta fixar identidades, as mulheres reinventam formas de existir dentro do confinamento. Ainda que ferido, o sujeito resiste, reorganiza suas forças e produz repertórios de sobrevivência.

A partir dessa tensão — situada na mortificação do eu e na reinvenção — que surgem os caminhos os quais, mais adiante, permitirão que a escola se torne refúgio, abrigo e reconfiguração de si mesmo.



CAPÍTULO 2

LUTO DE VIDRO: TEMPO SUSPENSO E AUSÊNCIAS QUE NÃO CESSAM

2.1 Uma Perda sem Corporeidade e sem Despedida

No cárcere, o sofrimento pela morte carece de ritos. Inexistem velas, cânticos, abraços ou cortejos. A ausência de um corpo físico interdita qualquer possibilidade de adeus. A privação extrapola a morte de alguém: abdica-se do lugar outrora ocupado no mundo exterior.

Essa vivência dolorosa carece de validação social — ela é omitida dos registros, permanece inominada e não encontra amparo público que a legitime. Trata-se de uma angústia compelida a subsistir na mudez, tal qual uma chaga aberta, destituída de permissão para manifestar-se.

Defino tal fenômeno enquanto luto de vidro:

- Um sofrimento translúcido e cortante, edificado por faltas que se amontoam no organismo sem jamais serem notadas;
- A transparência aqui não sugere lucidez — simboliza o obstáculo invisível posicionado na fronteira da dor de quem padece e o descaso de quem observa;
- Constitui o resíduo que subsiste quando a temporalidade estagna e os desfechos são impedidos.

2.2 A Temporalidade Irrecuperável

Na prisão, os dias não apenas passam — eles se amontoam. As jornadas não se encadeiam de forma lógica; elas se sobrepõem. O calendário abdica da função de registrar o fluxo vital e assume o papel de cronometrar a espera. Os ponteiros não calculam horas — mensuram distanciamentos.

Cada falta se agiganta. Abdica-se de:

- Presenciar o crescimento da prole;
- Celebrar aniversários outrora compartilhados;
- Zelar por enfermidades vivenciadas à distância;
- Efetivar encontros que se tornaram impossíveis.

O luto de vidro incide sobre a totalidade do que não se realizou — e que jamais poderá ser restaurado. Tal processo não se esgota em um único evento. Ele ressurge, em ciclos, durante as madrugadas intermináveis, nas correspondências retidas, nas visitas frustradas e na reverberação de uma lembrança persistente. Escasseia o tempo para o pranto, todavia a aflição permanece.

2.3 A Interrupção dos Afetos

A prisão não limita somente o deslocamento geográfico — ela desgarra as tramas da afetividade. Os laços não se extinguem; tornam-se remotos, descontínuos, tensionados pelo remorso, pelo pavor, pela vergonha e pela mudez. Relações maternas sofrem rupturas, conexões amorosas se esgarçam e amizades se desintegram sob o ruído do esquecimento.

O luto de vidro estabelece-se precisamente nesse ponto:

- Na dubiedade sobre o que ainda resiste e o que já se extinguiu sem prévio aviso;
- Configura-se como uma agonia sem comprovação;
- O outro permanece vivo, entretanto encontra-se inacessível. O vínculo subsiste na memória, contudo permanece em suspensão;
- O sofrimento carece de um porto seguro para repousar, espalhando-se, por conseguinte, por toda a extensão do ser.

2.4 Sofrimento, Culpa e Sobrevivência

Para inúmeras mulheres encarceradas, essa experiência é transpassada pelo remorso: o peso de não estar presente, de não prover cuidado ou acompanhamento. A maternidade, o zelo familiar e as funções sociais do feminino retornam enquanto cobranças — mesmo que a realidade carcerária torne inviável seu cumprimento.

Trata-se de um suplício moral — que transcende a penalidade jurídica. Ele engendra cicatrizes ocultas. Não obstante, de maneira concomitante, é nessa geografia da dor que despontam táticas de subsistência: missivas redigidas e jamais postadas, recordações preservadas como relíquias, preces sussurradas na penumbra. O luto de vidro não extingue a vida; exige dela uma nova coreografia para prosseguir.

Vozes do Cárcere

-“Minha filha fez aniversário e eu não vi. Não tem foto, não tem bolo, não tem nada. Só ficou um vácuo que ninguém percebe que existe.”

-“Aqui a gente perde os fatos sem testemunhar. A vida prossegue lá fora — e a gente permanece retida em seu interior.”

Tais relatos não constituem ecos isolados, mas estilhaços de uma desestruturação diária. Demonstram que a punição, no domínio feminino, transborda as muralhas para golpear o tempo e os sentimentos. O que essas narrativas revelam é a vivência de uma interrupção vital: enquanto a sociedade externa mantém seu curso, o sujeito cativo permanece ancorado em um presente imutável, no qual a perda não é um acontecimento finito, mas uma erosão paulatina da própria trajetória. Na mudez dessas

expressões, vibra a certeza de que a detenção não meramente isola o físico, no entanto intenta confiscar o direito de pertencer ao porvir daqueles que estima.

2.5 Na Tensão entre a Ausência e a Resistência

O luto de vidro não encontra desfecho — ele é habitado. Tal condição convoca a mulher a reconstruir-se no âmago da falta, arquitetando meios ínfimos de permanecer vinculada ao que foi esgarçado. Ainda que ferida, ela forja repertórios simbólicos para alicerçar sua história.

Nesse ambiente de angústia e superação, despontam as primeiras frestas para a reestruturação do eu:

- Na recordação que teima em ficar;
- Na palavra que se materializa na escrita;
- No elo reatado por meio de gestos discretos.

A partir desse território — conflituoso, quebradiço e profundamente humano — é que, futuramente, a escola surgirá como um porto: um local no qual a dor pode transmutar-se em linguagem, onde o silêncio ganha contornos e o indivíduo volta a perceber-se como alguém que raciocina, sente e subsiste.



CAPÍTULO 3

A ESCOLA COMO BRECHA: ENTRE GRADES E GIZ

3.1 A Instituição Educacional sob o Domínio do Cárcere

A unidade escolar na prisão não configura um local segregado da estrutura prisional — ela pulsa em seu interior, permeada pelos idênticos mecanismos de controle, cronogramas, inspeções, fluxos e vigilâncias. As muralhas permanecem inalteradas, as passagens continuam bloqueadas e as galerias persistem sob monitoramento.

Não obstante, ocorre um sutil deslocamento. Na zona de contato do ferro com o caderno, gera-se uma fissura simbólica: o automatismo disciplinar sofre uma interrupção momentânea por uma distinta qualidade de vivência — a da expressão, da escuta e do intelecto compartilhado.

A escola não anula a realidade prisional, todavia estabelece um hiato em seu cerne. A proposta extrapola ideais de redenção ou garantias de metamorfose imediata. A prática pedagógica atua em dimensões singulares — no ato de grafar o próprio nome, na prerrogativa de manifestar-se sem interrupções, na percepção de que naquele recinto

habita alguém que raciocina, sente e elabora significados. Tais vivências microscópicas são determinantes para quem subsiste sob o estatuto da despersonalização diária.

3.2 A Dualidade entre Regramento e Potencialidade

Foucault (2014) caracteriza a prisão enquanto engenharia de docilização do organismo e gestão da temporalidade. No âmago desse sistema, o ensino coexiste com a mesma racionalidade regradada: colunas, revistas, organização e fiscalização. Contudo, paradoxalmente, é em tal recinto que desabrocham zonas de respiro.

Enquanto o cotidiano do cárcere almeja cristalizar identidades — a escola tenciona essa imobilidade. Ela não extingue o ordenamento, entretanto o atravessa com experiências que reinserem:

- A incerteza;
- A hermenêutica;
- A recordação;
- O anseio.

A mulher encarcerada abdica, por breves períodos, da condição de mero corpo tutelado — e retoma o posto de sujeito da fala. Tal transição é discreta, porém profunda. Ela não despedaça a estrutura, contudo gera trincas em sua política de emudecimento. **É por meio dessa fenda, viabilizada pelo giz e pelo acolhimento, que o indivíduo encontra o fôlego imprescindível para não se dissolver inteiramente sob o jugo disciplinar.**

3.3 O Arquipélago de Giz

Os cadernos, o quadro, os lápis — utensílios elementares — constituem um minúsculo arquipélago no oceano de concreto. São ilhas de sentido onde a existência encontra uma nova sintaxe.

O domínio da escrita do nome representa, frequentemente, o movimento primordial de recomposição subjetiva: o indivíduo emerge como detentor de uma história, de laços e de uma caminhada. O giz, que assinala o quadro, marca igualmente a

experiência de subsistir. Ali, o físico não é meramente inspecionado — ele é instigado a refletir.

A presença deixa de ser contabilizada — e passa a ser enunciada. O arquipélago de giz não nega a custódia, no entanto produz porosidades nela. A partir desses estilhaços de autonomia, a escola converte-se em viabilidade de reconstrução do ser.

3.4 O Encontro na Condição de Abrigo Ético

A educação não se restringe ao conteúdo programático, senão ao vínculo. Na intersecção de docentes e estudantes, de colegas e de trajetórias que se entrelaçam, edifica-se uma teia de reconhecimento que colide com a segregação institucional. Enquanto a detenção afasta para penalizar, a escola aproxima para humanizar.

O ambiente da sala de aula devolve algo essencial e, por vezes, subtraído: o direito de ser percebida sem a distorção da culpa ou da infração. Naquele local, a palavra flui e rompe a pirâmide do silêncio. O diálogo, alicerçado na pedagogia da autonomia de Paulo Freire (2023), fomenta transições subjetivas cruciais: o aprendizado deixa de ser uma submissão ao preceito e torna-se uma vivência mútua de emancipação mental — uma dinâmica de reorganização do EU" que a estrutura tentou estilhaçar.

A ação educativa na prisão, quando orientada pela ética da alteridade, assume o que Freire (2022) denomina educação como prática da liberdade. Nesse panorama, a emancipação não remete à saída física pelos umbrais da unidade, mas sim à competência subjetiva de romper com a alienação imposta. Ao decifrar o mundo pela linguagem, a detenta abdica do papel de objeto para converter-se em narradora da própria vida.

A instrução torna-se, por conseguinte, um recurso de insurreição contra a brutalidade, atestando que, ainda que o físico esteja detido, o intelecto pode exercer sua vocação de transcendência.

Sob tal perspectiva, o ensino atua como um refúgio ético. Ele não providencia uma evasão fantasiosa da realidade, tampouco proteção contra a amargura inerente à pena, contudo fornece as engrenagens simbólicas para batizar a dor e ressignificar o destino. No pátio, a mudez é castigo; na aula, ela transmuta-se em pausa e reflexão.

Vozes do Cárcere

-“Aqui dentro tudo é barulho. Na escola, eu consigo ouvir meus pensamentos.” --“Quando escrevo, parece que eu existo de novo — nem que seja por pouco tempo.”

Tais depoimentos não idealizam a instrução formal da educação; eles a revelam como uma oportunidade excepcional de **resgate do “Ser Humano”**. Demonstram que, onde o Poder Público estabelece o vácuo, a educação semeia horizontes.

3.5 Na Fronteira entre a Dor e a Palavra

O ensino não aniquila o sofrimento do confinamento, no entanto lhe outorga uma gramática. No cruzamento do luto de vidro com o batismo de ferro, a escola oferece uma alternativa: a possibilidade de narrar-se.

Nesse processo de autoria, o sujeito coordena lembranças e reocupa sua identidade. O que antes consistia em uma falta sem contornos transforma-se em texto e reflexão. É nesse trânsito entre a chaga e a fala que a escola se consolida como:

- Brecha;
- Refúgio;
- Resistência simbólica.

Ela não assegura redenção — providencia condições para a persistência do ser. E, nesse movimento sutil, gera uma ética de reconhecimento em pleno cativeiro.



CAPÍTULO 4

APRENDER ENTRE GRADES: AFETO, CORPO E EXPERIÊNCIA

4.1 O Organismo que Absorve a despeito das Chagas

O aprendizado na prisão extrapola um conceito abstrato — configura-se como uma vivência transpassada pela corporeidade. O repouso interrompido, a exaustão acumulada, a aflição que carece de descanso e a inquietude que habita a expectativa: tudo converge para o recinto escolar.

A presença física antecede a articulação verbal. Não obstante, ela persiste. Mesmo que debilitado, assinalado pelo batismo de ferro e pela angústia do luto de vidro, o organismo apreende. Tal processo ocorre sob tensão, receio e uma esperança contida. A aquisição de conhecimento torna-se indissociável da subsistência.

Cada movimento de leitura, cada esforço de escrita e cada indagação proferida discretamente carregam o vigor de quem necessita reconstituir a própria subjetividade enquanto permanece em confinamento. Instruir-se, naquele panorama, representa igualmente um modo de resistência.

4.2 O Vínculo como Prerrogativa de Permanência

Na unidade escolar do cárcere, o afeto não constitui um adereço pedagógico — é o alicerce da continuidade. A proposta não remete a um sentimentalismo idealizado: baseia-se no reconhecimento. Refere-se ao olhar que não restringe a estudante à sua sentença penal; à escuta que valida o sofrimento sem convertê-lo em mercadoria. Trata-se da presença que ratifica: existe alguém aqui — e tal existência possui relevância.

O afeto reorganiza a geografia simbólica da aula. Ele gera a confiança elementar, imprescindível para que a expressão circule. Havendo essa conexão:

- O equívoco abdica da vergonha e torna-se trajetória;
- A hesitação deixa de ser fragilidade e converte-se em dinâmica;
- O estudo despoja-se da obrigação e assume a face da potencialidade.

É essa teia relacional — sutil, conflituosa e vigorosa — que alicerça a dinâmica educativa no interior da custódia.

4.3 Na Tensão entre o Temor e o Anseio pelo Saber

A vontade de aprender coexiste com o pavor:

- Receio da incapacidade;
- Medo de frustrar expectativas;
- Pavor de rememorar uma trajetória balizada por insucessos escolares prévios.

O ensino prisional desperta recordações fragmentadas: desistências remotas, evasões compulsórias e caminhos marcados por carências sociais. Para diversas mulheres, o retorno ao ambiente escolar implica revisitar episódios de marginalização. Contudo, de modo concomitante, desperta outra memória — a de que a reconstrução ainda é viável. Nesse limiar, o progresso educativo transcorre na cadência da bravura possível. Ele não é mensurado meramente por conteúdos retidos, senão por gestos de persistência: retornar no dia seguinte, manusear o caderno, empenhar-se novamente. O embate entre o temor e o anseio não imobiliza — ele gera propulsão.

4.4 Pedagogia da Fresta

A ação docente na detenção não incide sobre a plenitude — atua sobre as fissuras: **aqueles pequenos espaços entre uma tranca e outra, onde o sistema falha em ser absoluto. São as frestas de humanidade que o concreto não esmaga e que o regulamento não alcança.** Ela demanda negociação com o cotidiano carcerário, com as interrupções perenes e com a instabilidade psíquica e institucional. Lecionar, ali, é trabalhar na ranhura: nos hiatos, nos lampejos de atenção, nos retalhos de tempo. Ainda assim, é nesses fragmentos que o fundamental se manifesta.

- A pedagogia da fresta:
- Recepciona a vivência;
- Valida a trajetória;
- Convida ao exame crítico;
- Alimenta o elo.

Ela não assegura a solução das mazelas da prisão — no entanto sugere transmutá-las em matéria reflexiva. O saber não emerge enquanto imposição, mas sim como encontro: entre universos, lembranças, falas e identidades assinaladas pela ruptura e pela superação.

Vozes do Cárcere

-“Eu tinha receio de folhear o caderno. Parecia que ele ia trazer de volta tudo o que eu não dominei. A professora afirmou: vamos iniciar do princípio — e eu depusitei confiança.”

-“Aqui dentro muita coisa fere. Na escola, dói igualmente — contudo é uma dor que auxilia a permanecer em pé.”

Tais depoimentos demonstram que a instrução não abrande a experiência da reclusão — ela a ressignifica.

4.5 Aprender Enquanto Ato de Existência

Instruir-se na reclusão representa mais do que assimilar informações:

- É ratificar a própria presença;
- É reaver o domínio sobre o nome;
- É inscrever-se outra vez na realidade.

Cada termo redigido estabelece um compromisso ético — não por conferir absolvição, mas porque possibilita que o indivíduo se perceba como alguém que ainda detém desejos, pensamentos e projeções. No cruzamento das grades com os cadernos, o aprendizado transmuta-se em gesto de vida.

A escola não ignora a cicatriz; ela convive com ela. Não anula o luto, mas oferece palavras para expressá-lo. Em vez de derrubar muros, o saber abre frestas que permitem à vida fluir. Dessa insistência cotidiana nasce a chance real de construir caminhos que ultrapassam as grades da prisão.



CAPÍTULO 5

RECONHECER-SE DE NOVO: NOME, HISTÓRIA E FUTURO POSSÍVEL

5.1 O Emblema que Retorna

No âmago do cárcere, a designação própria costuma ser suplantada por algarismos, codinomes ou registros burocráticos. A identidade transita meramente na condição de dado administrativo — um prontuário desprovido de pele, uma marca destituída de trajetória. No ambiente escolar, a nomenclatura original recupera seu posto.

Essa identificação é evocada em tom audível, registrada no caderno e grafada na lousa com um misto de hesitação e brio. Cada caractere desenhado reorganiza o elo da mulher com sua própria essência — não na qualidade de condenada, contudo enquanto alguém que detém percurso, memória e singularidade. A alcunha abdica da exclusividade jurídica e retoma a condição de presença subjetiva. Ao reaver o domínio sobre o próprio nome, a estudante reocupa o posto de narradora da linguagem — extrapolando as margens do controle institucional.

5.2 Renunciar a Própria Trajetória

A dinâmica educativa convoca a uma revisitação do passado — desprovida do intuito de justificá-lo, visando meramente compreendê-lo. A produção de relatos, a leitura de textos e os diálogos mediados em sala de aula engendram uma espécie de reingresso na própria biografia.

Aquilo que outrora era vivenciado como fragmento, remorso ou mudez, passa a ganhar corpo narrativo. Relatar não significa absolver — representa significar. A partir desse movimento, a mulher deixa de ser classificada exclusivamente pelo ato que a conduziu à reclusão e passa a ser percebida como um sujeito transpassado por múltiplos vínculos, rupturas e vivências. Renunciar a própria história constitui, em larga medida, o resgate da viabilidade do amanhã.

5.3 Na Tensão entre o Remorso e a Potencialidade

A percepção de si não extingue o remorso — entretanto reorganiza a maneira como ele é processado. A culpa permanece latente, todavia abdica da função de condenação perpétua para ser elaborada como parte do arcabouço de sua existência. **O papel da escola, portanto, é o de fornecer o giz que redesenha o limite do possível; ela não apaga a cicatriz, mas ensina a mão a escrever novos capítulos que a ferida, por si só, jamais conseguiria ditar.**

Nesse fluxo, desponta um campo sutil de perspectivas:

- Reparar conforme as possibilidades;
- Assimilar limitações;
- Reestruturar vínculos;
- Idealizar novos rumos.

O porvir não se anuncia enquanto promessa grandiosa, mas sim como um horizonte discreto — e, por tal razão, profundamente relevante.

5.4 O Amanhã que se Grafia aos Poucos

Nesse reduto prisional, vislumbrar o amanhã constitui um exercício de imaginação ética. A proposta não consiste em arquitetar metamorfoses épicas, todavia em sustentar o anseio de continuidade: laborar, instruir-se, reaver o convívio familiar e elaborar o regresso ao mundo exterior.

Cada vocábulo redigido sobre o porvir atua como um ensaio de vida. A escola consolida-se enquanto o reduto onde esse amanhã pode ser gestado — ainda que sob o signo do temor ou da dubiedade. Ali, torna-se viável formular indagações que, em outra geografia, jamais seriam proferidas:

- Quem poderei ser após este ciclo?
- Quais sendas ainda me pertencem?

Tais questionamentos não anulam a amargura — no entanto desobstruem passagens para atravessá-la.

Vozes do Cárcere

-“Eu acreditei que minha caminhada havia findado. Na escola percebi que não — ela apenas permaneceu estática por um período.”

-“Quando descrevo o futuro, sinto que ele adquire mais contornos de realidade.”

Esses testemunhos atestam que o reconhecimento do ser não representa um triunfo final — é um processo ininterrupto, conflituoso e incerto, porém imprescindível.

5.5 Perceber-se Enquanto Sujeito de Direito e de Desejo


Ao reconstruir sua biografia, a mulher privada de liberdade reivindica dois pilares fundamentais:

- **O de sujeito de direito**, digno de instrução, escuta e integridade;
- **O de sujeito de anseios**, capaz de projetar, optar e arquitetar caminhos.

A prática educativa não invalida a pena, não obstante impede que ela resulte na anulação absoluta do **EU**. Entre o cruzamento do batismo de ferro com o luto de vidro e

a fresta da escola, a autopercepção configura um movimento ético denso: o de ratificar que, ainda que ferida, a vida persiste digna de ser enunciada.

É por meio dessa narrativa — reerguida gradualmente em palavras que oscilam, mas que teimam em existir — que se desenha a viabilidade de um porvir que não renega o passado, contudo o ultrapassa rumo a outras formas de subsistir.



*Ninguém sai ileso da
prisão, mas alguns
saem alfabetizados pela
própria dor.
Nada apaga o passado.*

CAPÍTULO 6

A TRAVESSIA DO INVISÍVEL

A emancipação física não converge obrigatoriamente para a libertação do íntimo. Diversas mulheres deixam o cárcere com o corpo solto, contudo carregam estigmas que persistem ecoando na recordação, no repouso, no território das palavras e na maneira de habitar a realidade.

O trauma subsiste na condição de território mudo. Tal fenômeno manifesta-se em movimentos retidos, na desconfiança perene, no receio de novos equívocos e na sensação de desajuste perante a vida externa. O sistema detentivo extrapola as muralhas visto que igualmente se instala na subjetividade — vivência que permanece, inclusive após o destrancamento das passagens. O regresso à coletividade, por conseguinte, não constitui um mero deslocamento geográfico: configura-se como uma transição ética, emocional e social.

6.1 Os Estigmas Ocultos

As cicatrizes da prisão nem sempre são perceptíveis — elas se consolidam:

- Na dinâmica dos relacionamentos;
- Na complexidade em reestabelecer elos;
- Na percepção de um atraso vital ininterrupto;

- No pavor de não ser validada outra vez enquanto integrante do corpo social.

Privadas de suporte, tais marcas podem converter-se em segregação, incerteza e reincidência. A liberdade, quando desacompanhada de redes de acolhimento e diretrizes de reintegração, corre o perigo de se tornar um novo desamparo. **O portão que se abre não basta – é preciso que exista um caminho após ele.**

6.2 A Instrução como Percurso

A prática educativa, enquanto presente na custódia, não assegura redenção tampouco ruptura absoluta com o ontem. Ela atua em outra chave: cria linguagens para processar a vivência. Ao dominar a leitura, a escrita, a hermenêutica e a argumentação, a mulher encarcerada passa a enunciar sua própria trajetória não meramente enquanto inventário de amargura, senão como viabilidade de reflexão e reconstrução.

A autonomia desponta paulatinamente:

- No movimento de grafar a própria alcunha;
- No empenho de articular indagações;
- Na percepção de que ainda subsiste um horizonte viável.

Lecionar, nesse contexto, consiste em inaugurar um refúgio simbólico no qual a subjetividade encontra fôlego. A proposta não remete ao esquecimento da experiência detentiva das internas — mas de impedir que elas definam, sozinhas, todos os horizontes de suas existências.

6.3 O Regresso Enquanto Reencontro

A reinserção na comunidade não reside exclusivamente na vontade individual. Ela demanda:

- Diretrizes públicas sólidas;
- Ingresso ao labor e qualificação perene;
- Amparo psíquico e coletivo;
- Validação social.

Na ausência de tais garantias, a soltura transmuta-se em um caminhar sem destino. O desligamento da unidade precisa ser escoltado por chances genuínas de reestruturação — de outra forma, a penalidade persiste operando externamente, sob distintas roupagens de marginalização. Reintegrar não é um ato de complacência: representa ratificar a dignidade enquanto fundamento de civilidade.

6.4 A Emancipação da Alma

O percurso carcerário imprime marcas — todavia não decreta a totalidade do ser. Havendo a presença da escola, o saber não apaga o pretérito, no entanto inaugura uma nova gramática para transpassá-lo. O indivíduo aprende a narrar-se sem ser minimizado pelo desvio, e a ansiar sem desconsiderar a chaga. Tal transição não é elementar, nem retilínea. Ela é tecida:

- Por hesitações;
- Retrocessos;
- Triunfos discretos;
- Súteis afirmações de vitalidade.
- Não obstante, configura-se como travessia.

Ninguém abandona a detenção ileso. Entretanto, algumas partem aptas a redigir, finalmente, o próprio amanhã. A verdadeira libertação não está apenas no portão que se abre — está na possibilidade de dizer novamente o próprio nome, de reconhecer-se como sujeito e de reencontrar, no mundo e em si mesma, um lugar de existência possível.

A alforria mais profunda não pertence ao corpo. Pertence à alma que retoma o fôlego — e a autoria de si mesma.



CONCLUSÃO

Ao encerrar este livro, resta a certeza de que o sistema prisional extrapola o domínio puramente físico: ele reconfigura a cronologia, desarticula os afetos e desaloja o indivíduo de sua essência, operando como uma engrenagem de contenção e anulação da subjetividade.

Diante de tal panorama, a unidade escolar não se apresenta como mera distração, mas consolida-se enquanto porosidade histórica. Embora não anule a penalidade jurídica, a escola reintroduz o movimento e o pensamento onde outrora imperava a submissão, transmutando a mudez burocrática em linguagens e devolvendo ao sujeito a prerrogativa ética de subsistir além da condição de um mero número.

A vivência educativa no cárcere evidencia que o saber, nesse contexto, representa o esforço de reinscrever-se na realidade. É na confluência entre a trajetória percorrida, a elaboração simbólica e o anseio de reestabelecer conexões sociais que se desenha o único itinerário viável para a dignidade. A educação não se presta a romantizar o suplício; sua função é torná-lo enunciável, permitindo que a mulher abdique do papel de objeto de inspeção para assumir o posto de autora de sua própria memória.

Nesse reduto onde a alma recupera o fôlego, a sala de aula torna-se um espaço de zelo absoluto, onde o encontro entre o giz e o papel permite que a humanidade, enfim,

volte a tona. Contudo, a semente que germina na escola demanda continuidade para além de seus umbrais.

Sem diretrizes governamentais de ofício, suporte psíquico e redes de acolhimento, a punição apenas altera sua roupagem, persistindo como uma exclusão perpétua. Salvar o ensino no cárcere é, portanto, muito mais que um ato pedagógico: é uma afirmação de justiça e um compromisso inadiável com o princípio civilizatório.

Por fim, encerrar estas páginas não significa esgotar o silêncio, mas sim reconhecer que, sob as camadas de concreto e ferro, pulsa uma humanidade que não se deixa apagar por completo. O “**arquipélago de giz**” aqui narrado prova que, na tensão entre grades e pontes, persiste uma vida que insiste e uma dignidade que sobrevive ao controle disciplinar. A verdadeira travessia, no entanto, só se cumpre plenamente quando o sujeito, ao transpor os portões com o corpo livre e a alma restaurada, reconhece no espelho do mundo alguém novamente capaz de proferir, com altivez, o próprio nome.

**Que o eco destas falas sirva de fresta por onde o amanhã, enfim, possa
começar.**



MENSAGEM DA AUTORA — Entre o ferro e o giz, eu escolhi a palavra

Este livro nasceu dos corredores em que o silêncio pesa mais do que as grades. Não escrevi sobre a prisão como quem observa um território distante — escrevi a partir do impacto de estar ali, de atravessar portões que também atravessam a gente por dentro.

Cada página foi construída com a responsabilidade de escutar vidas que, muitas vezes, o mundo prefere não enxergar.

Não romantizo o cárcere, nem o transformo em metáfora redentora. Ele é duro, frio, disciplinar, e deixa marcas que não desaparecem com o alvará. Contudo, paralelamente, dentro desse mesmo espaço, encontrei mulheres que insistem em existir, mesmo quando o sistema tenta reduzir suas histórias a apenas números.

Escrevi porque vi nomes lutando para sobreviver à rotina do esquecimento. Escrevi porque a escola, ali dentro, não é apenas sala — **é respiro**. Escrevi porque o giz, nas mãos certas, **vira abrigo simbólico**.

Este livro é meu modo de dizer que **ninguém é apenas o pior dia de sua vida**. Que aprender, mesmo entre muros, é um gesto de coragem. Que a educação não liberta o corpo — porém devolve fôlego à alma.

Não escrevo para absolver nem para julgar. Escrevo para lembrar que o humano não se extingue no cárcere. Se, ao fechar estas páginas, uma única vida for vista com mais cuidado, uma única história for escutada sem desprezo, uma única pessoa for reconhecida para além da culpa —

Então este arquipélago de giz terá cumprido sua travessia.

— Autora



A REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade**. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 72. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.